



Reunião Interparlamentar
sobre “Políticas urbanas na União Europeia”

Bruxelas, 21 e 22 de janeiro de 2024

- Delegação da Assembleia da República

- Deputados José Carlos Barbosa (PS) e Patrícia Dantas (PSD), membros da Comissão de Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação (CEOPPH)
- Deputados Diogo Cunha (PS) e Alexandre Simões (PSD), membros da Comissão de Ambiente e Energia (CAE)

- Assessoria

- Bruno Dias Pinheiro, Representante da AR em Bruxelas (+324 93399973)

- Local da Conferência

Brussels-Capital Region Parliament

Rue du Lombard 69

1000 Bruxelas

Bélgica

AGENDA ANOTADA - ÍNDICE

Conteúdo

Contexto	2
Sessão 1 " Financiamento das políticas urbanas da EU"	3
Sessão 2 " Envolvimento Dos Cidadãos Na Elaboração Dos Grandes Projetos Urbanos "	6
Sessão 3 "Adaptação dos ambientes urbanos às alterações climáticas"	8
Sessão 4 "Os desafios da mobilidade urbana"	10
Programa da reunião interparlamentar	14

Contexto

A Reunião identificada em epígrafe, irá realizar-se no âmbito da dimensão parlamentar da Presidência belga do Conselho da EU, e decorrerá no Parlamento da Região de Bruxelas-Capital, em Bruxelas, no dia 22 de janeiro de 2024. No dia 21 de janeiro, será feita a receção dos participantes. Para o efeito, o Presidente do Parlamento da Região de Bruxelas, Rachid MADRANE.

Na [página oficial da reunião](#), encontra-se disponível o [programa](#), que também se encontra em **anexo** à presente agenda anotada.

Esta reunião interparlamentar centrar-se-á em quatro questões-chave com que as cidades europeias se defrontam actualmente:

- o financiamento das políticas,
- o envolvimento dos cidadãos,
- o ambiente, e
- mobilidade.

Sessão 1 " Financiamento das políticas urbanas da EU"

Em 2016, com o [Pacto de Amesterdão](#) acordado pelos ministros da União Europeia (UE) responsáveis pelas questões urbanas, foi estabelecida a [Agenda Urbana para a UE](#)¹ que, baseada nos princípios da [subsidiariedade](#) e da [proporcionalidade](#), centrou-se em três pilares da elaboração e execução das políticas da UE: [Legislar Melhor](#), [Melhor financiamento](#) e [Melhor conhecimento](#). Com efeito, com a [Nova Carta de Leipzig](#), adotada em novembro de 2020, foi proporcionado um quadro político europeu para o desenvolvimento urbano sustentável, sendo a Agenda Urbana para a UE o principal veículo para a sua implementação.

Concretamente, a Agenda Urbana para a UE corresponde a uma abordagem integrada e coordenada para lidar com a dimensão urbana das políticas e da legislação da europeia e nacional ao centrar-se em temas prioritários concretos no âmbito de parcerias específicas, procurando a Agenda Urbana melhorar a qualidade de vida nas zonas urbanas.

Os temas prioritários da Agenda Urbana centram-se no seguinte:

- [qualidade do ar](#)
- [economia circular](#)
- [adaptação às alterações climáticas](#)
- [transição digital](#)
- [transição energética](#)
- [alojamento](#)
- [inclusão dos migrantes e refugiados](#)
- [contratação pública responsável e inovadora](#)
- [emprego e competências na economia local](#)
- [utilização sustentável dos solos e soluções baseadas na natureza](#)
- [mobilidade urbana](#)
- [pobreza urbana](#)

Neste seguimento, sublinhar que cada parceria envolve, numa base voluntária e equitativa, cidades, Estados-Membros, a Comissão e partes interessadas, como as Organizações Não Governamentais (ONG's) que, em conjunto, trabalham no desenvolvimento e na implementação de ações concretas para enfrentar com êxito os desafios das cidades e contribuir para as transições ecológica e digital e para outros objetivos da UE.

Salientar, ainda, que em novembro de 2021, os ministros da UE responsáveis pelas questões urbanas adotaram o [Acordo de Liubliana e o respetivo programa de trabalho plurianual](#), que veio materializar o início de uma nova fase da Agenda Urbana para a UE², incluindo os seus parâmetros operacionais, método de trabalho e etapas. O acordo inclui também o aditamento de quatro novos temas: Cidades verdes, Turismo sustentável, Alimentação e Cidades da igualdade.

Relativamente ao financiamento das políticas urbanas, destaca-se que as autoridades municipais, enquanto os principais beneficiários de financiamento público, têm frequentemente dificuldades

¹ Em 2014 a Comissão Europeia adotou a Comunicação - [Principais Características de uma agenda urbana da UE \[COM\(2014\) 490\]](#), que visou estimular um debate abrangente sobre uma futura agenda urbana da UE.

² No período de 2021-2027, o apoio à Agenda Urbana para a UE será prestado no âmbito da [Iniciativa Urbana Europeia](#).

em obter esse financiamento devido à profusão de organismos da UE que concedem financiamento e às inúmeras modalidades para a sua concessão. Nessa medida, a Agenda Urbana visou melhorar a qualidade das fontes de financiamento e facilitar o acesso das autoridades municipais a esse mesmo financiamento. Contudo, a Agenda Urbana da UE não criou financiamento adicional da UE, mas baseou-se na experiência adquirida para facilitar a candidatura das autoridades municipais a financiamento ao abrigo de todos os programas da UE, incluindo os que são abrangidos pela [política de coesão](#).

Com efeito, a política de coesão abarca as diversas necessidades de desenvolvimento de todas as regiões e municípios da UE sendo dotada de um orçamento de 351,8 mil milhões de euros, o que representa quase um terço do orçamento total da UE. Para a sua execução, destacam-se os [Fundos Europeus Estruturais e de Investimento](#) (FEEI) que incluem o [Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional \(FEDER\)](#)³ e o [Fundo de Coesão \(FC\)](#), que visam promover o desenvolvimento e o ajustamento estrutural das economias regionais, a mudança económica, a melhoria da competitividade e a cooperação territorial; o [Fundo Social Europeu \(FSE\)](#), para o emprego, a inclusão social e a educação; o [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural \(FEADER\)](#), para a competitividade da agricultura, a gestão sustentável dos recursos e o desenvolvimento territorial das comunidades rurais e o [Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas \(FEAMP\)](#), que tem a ver com a pesca sustentável e as comunidades costeiras⁴.

Acresce que, importa salientar outros programas e fundos disponibilizados pela UE para financiar as cidades:

- [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) (FEEI) que corresponde a um dos três pilares do [Plano de Investimento para a Europa](#) e visa colmatar as atuais lacunas de investimento na UE através da mobilização de financiamento privado para investimentos estratégicos. Trata-se de uma garantia de 21 mil milhões de euros da Comissão Europeia e do [Banco Europeu de Investimento](#);

- [Portal InvestEU](#), disponível em todas as línguas oficiais da UE, melhora a visibilidade de projetos baseados na UE (públicos ou privados) para potenciais investidores de todo o mundo, oferecendo uma plataforma central para a promoção de projetos, com um formato harmonizado e estruturado;

- [Ações Urbanas Inovadoras](#) oferecem às zonas urbanas de toda a Europa recursos para testar soluções novas e não comprovadas, tendo em vista fazer face aos desafios urbanos. Para o período 2021-2027, encontra-se previsto um orçamento de 450 milhões de euros para estas iniciativas;

- [URBACT](#) é um programa europeu de intercâmbio e aprendizagem que promove o desenvolvimento urbano sustentável e ajuda as cidades a colaborarem no desenvolvimento de soluções pragmáticas para os desafios urbanos. O URBACT é cofinanciado pelo FEDER em todos

³ No âmbito do FEDER, foi adotado o [Regulamento Delegado \(UE\) n.º 522/2014](#) que veio especificar a forma como as ações inovadoras empreendidas pelas cidades nos países da UE na área do desenvolvimento urbano sustentável são selecionadas para fins de financiamento por este Fundo, assim como o modo como o processo é gerido.

⁴ O [Regulamento \(UE\) 2021/1060](#) veio estabelecer as regras comuns sobre os fundos da União Europeia (2021-2027)

os países da UE, na Noruega e na Suíça tendo sido aprovado, em 2022, o [URBACT IV](#) para o período 2021-2027, com um orçamento de 79,769 milhões de euros suportado pelo FEDER e 5 milhões financiados pelo [Instrumento de Assistência de Pré-Adesão](#);

- [Horizonte Europa](#) é o principal programa de financiamento da UE para a investigação e a inovação, com um orçamento de 95,5 mil milhões de euros. Combate as alterações climáticas, contribui para a realização dos [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas](#) e reforça a competitividade e o crescimento da UE;

- [Programa LIFE](#) é o instrumento financeiro da UE que apoia projetos no domínio do ambiente, da conservação da natureza e da ação climática. Visa fazer face a alguns desafios urbanos, como a qualidade do ar, o ruído, a energia e os resíduos. Este programa dispõe de uma dotação financeira total de 5,43 mil milhões de euros (a preços correntes) para o período 2021-2027, estando 1,94 mil milhões de euros reservados para o domínio da ação climática, que se encontra subdividido em 947 milhões de euros para o subprograma «Mitigação e adaptação às alterações climáticas» e 997 milhões de euros para o subprograma «Transição para energias limpas».

Referir, ainda, que a UE dispõe de uma [Plataforma Europeia de Aconselhamento ao Investimento](#) que presta apoio específico à identificação, preparação e desenvolvimento de projetos de investimento em toda a UE; o programa [JASPERS](#) que presta aconselhamento às cidades e regiões em matéria de planeamento estratégico numa vasta gama de setores; e a [fi-compass](#) que constituiu uma plataforma de serviços de consultoria para instrumentos financeiros no âmbito dos FEEI e microfinanciamento no âmbito do [programa europeu para o emprego e a Inovação Social](#).

Nesta mesma esfera contextual, importa ainda salientar o [Quadro financeiro plurianual \(QFP\)](#)⁵ da União Europeia para o período 2021-2027, que enquadra domínios de despesa como o Mercado Único, a Coesão, Resiliência e Valores, bem como o Plano de recuperação para a Europa [NextGenerationEU](#), instrumento concebido para impulsionar a recuperação da UE após a pandemia Covid-19, que tem como elemento central o [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#) («MRR»), um instrumento para conceder subvenções e empréstimos destinados a apoiar reformas e investimentos nos Estados-Membros, num valor total de 723,8 mil milhões de euros. Para receberem fundos ao abrigo deste Mecanismo, os Estados-Membros tiveram de apresentar os seus [planos nacionais de recuperação e resiliência](#), descrevendo a forma como iriam investir os fundos, com a definição de marcos e as metas pertinentes, com a Comissão Europeia a avaliar o cumprimento satisfatório de cada etapa.

Por fim, referir que o [plano de recuperação e resiliência apresentado por Portugal](#)⁶ consistiu em 83 investimentos e 32 reformas, apoiados por 13,9 mil milhões de euros em subvenções e 2,7 mil milhões de euros em empréstimos, correspondendo 38% do plano para concretizar os objetivos climáticos e 22% do plano para promover a transição digital, incluindo, ainda, medidas para a promoção de acesso a habitação condigna.⁷

⁵ Mais informações sobre o [Quadro Financeiro Plurianual](#).

⁶ O plano de recuperação e resiliência de Portugal foi [atualizado em 17 de outubro de 2023](#) para introduzir um capítulo [REPowerEU](#).

⁷ Contributo elaborado por Gonçalo Pereira, assessor da Comissão de Assuntos Europeus.

Sessão 2 " Envolvimento Dos Cidadãos Na Elaboração Dos Grandes Projetos Urbanos "

A União Europeia (UE) tem implementado diversas estratégias para incentivar parcerias público-privadas (PPP) e a participação ativa dos cidadãos na definição de políticas urbanas. Essas abordagens visam garantir uma governança mais inclusiva e a implementação eficaz de projetos urbanos.

Algumas das principais medidas incluem:

- **Agenda Urbana para a UE**

A UE desenvolveu a "[Agenda Urbana para a UE](#)" para promover a cooperação entre cidades e Estados-Membros. Esta agenda visa abordar [desafios urbanos comuns](#), como habitação, mobilidade sustentável e inclusão social.

- **Política de Coesão e Fundos Estruturais**

Os Fundos Estruturais da UE, como o [Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional](#) (FEDER), frequentemente incentivam a participação de entidades públicas e privadas em projetos conjuntos. A elaboração de parcerias pode, inclusivamente, ser uma condição para o financiamento de projetos urbanos.

- **Programas Operacionais Regionais (POR)**

Os [Programas Operacionais Regionais](#) (POR) são elaborados em colaboração com as autoridades locais e regionais, incentivando a participação ativa dessas entidades na definição de estratégias e prioridades. Podem ser desenvolvidas PPP para a implementação de projetos específicos.

- **Iniciativa Urbana e Parcerias de Desenvolvimento Urbano Integrado (UDI):**

A [Iniciativa Urbana da UE](#) incentiva a criação de [Parcerias de Desenvolvimento Urbano Integrado](#), que envolvem atores públicos, privados e da sociedade civil na conceção e implementação de projetos urbanos integrados.

- **Parcerias Público-Privadas Específicas:**

Em alguns casos, a UE apoia diretamente [parcerias público-privadas específicas](#) para a implementação de projetos urbanos. Isso pode envolver a colaboração em áreas como transporte, energia, habitação e infraestrutura.

- **Plataformas de Partilha de Conhecimento:**

A UE promove [plataformas de partilha de conhecimento e boas práticas](#), permitindo que autoridades locais, setor privado e sociedade civil aprendam uns com os outros e desenvolvam abordagens colaborativas mais eficazes.

O envolvimento dos cidadãos na elaboração de grandes projetos urbanos é uma componente crucial para garantir que as iniciativas atendam às necessidades e expectativas da comunidade, e a UE promove ativamente a participação dos cidadãos nesse processo. Algumas estratégias e práticas incluem:

- [Consultas Públicas](#)

A UE incentiva a realização de [consultas públicas](#) em todas as fases do processo de desenvolvimento de projetos urbanos. Isso envolve a recolha de opiniões, sugestões e preocupações dos cidadãos, permitindo que expressem as suas perspetivas e influenciem as decisões.

- Diálogo Estruturado, Parcerias Locais e Redes Comunitárias:

A UE promove o diálogo estruturado, envolvendo autoridades locais, organizações da sociedade civil, empresas e cidadãos na discussão de questões urbanas. Esses diálogos visam garantir uma [representação diversificada de interesses na tomada de decisões](#).

É também incentivada a criação de parcerias locais e redes comunitárias que envolvam ativamente os cidadãos na identificação de necessidades, na definição de prioridades e na contribuição para a conceção de projetos urbanos.

- Plataformas Online e Tecnologia:

A utilização de plataformas online e tecnologia é promovida para facilitar a participação remota dos cidadãos. Isso inclui a criação de portais interativos, aplicativos móveis e outras [ferramentas digitais](#) que permitem aos cidadãos contribuir para o planeamento urbano.

- Workshops Participativos e Sessões de Brainstorming:

A realização de workshops participativos e sessões de brainstorming é uma prática comum para reunir ideias e *insights* dos cidadãos e proporcionam um espaço para discussões abertas e colaborativas sobre o desenvolvimento urbano.

- Educação Cívica e Sensibilização:

A UE apoia iniciativas de educação cívica e sensibilização para informar os cidadãos sobre os processos de planeamento urbano, os impactos de grandes projetos e as oportunidades para o envolvimento ativo.

- Acesso à Informação Transparente:

Garantir o acesso transparente à informação sobre projetos urbanos é fundamental. A UE promove a divulgação de documentos relevantes, dados e informações para que os cidadãos estejam bem informados e possam participar de maneira fundamentada.

- Avaliação de Impacto Social

A avaliação de impacto social é incentivada para analisar como os projetos urbanos afetarão as comunidades. Esse processo envolve a consideração dos impactos sociais, económicos e ambientais, com participação ativa dos cidadãos.

Estas práticas visam garantir que os cidadãos tenham uma voz significativa no desenvolvimento urbano, promovendo a transparência, inclusão e responsabilidade nas decisões relacionadas a grandes projetos urbanos. De igual modo, nestes processos, a EU procura atender aos seguintes princípios:

- Facilitação de Grupos de Interesse:

A UE incentiva a formação de grupos de interesse que representem diversas perspetivas da comunidade. Esses grupos podem incluir organizações não governamentais, grupos

de moradores, associações empresariais e outros, contribuindo para uma representação mais ampla nas discussões sobre projetos urbanos.

- Feedback Contínuo e Comunicação Bidirecional:

Estabelecer canais de feedback contínuo e comunicação bidirecional é essencial. Isso permite que os cidadãos recebam atualizações regulares sobre o progresso do projeto e forneçam *feedback* ao longo do processo, promovendo um diálogo contínuo.

- Inclusão de Grupos Minoritários:

A atenção especial à inclusão de grupos minoritários e comunidades historicamente marginalizadas é fundamental. A UE promove a igualdade de participação, assegurando que todas as vozes sejam ouvidas, independentemente de sua origem étnica, gênero, idade ou estatuto socioeconómico.

- Criação de Espaços Públicos Participativos:

A criação de espaços públicos dedicados à participação cidadã, como praças, parques urbanos ou centros comunitários, pode incentivar a interação entre os cidadãos e facilitar discussões sobre projetos urbanos.

- Avaliação Pós-Implementação:

Após a implementação de grandes projetos urbanos, a UE encoraja a realização de avaliações pós-implementação com a participação dos cidadãos. Isso permite uma análise crítica dos resultados e a identificação de lições aprendidas para futuros empreendimentos.

- Formação e Capacitação de Cidadania:

Oferecer programas de formação e capacitação cidadã pode fortalecer a participação efetiva dos cidadãos. Isso inclui fornecer informações sobre processos de planeamento, técnicas de envolvimento e habilidades necessárias para contribuir construtivamente.

- Incentivos à Participação:

A criação de incentivos à participação, como reconhecimento público, prémios ou outras formas de reconhecimento, pode motivar os cidadãos para o envolvimento ativo nos processos de elaboração de projetos urbanos.

A combinação dessas práticas pode contribuir para um [processo de elaboração de projetos urbanos mais inclusivo, transparente e adaptado às necessidades e desejos da comunidade local](#).⁸

Sessão 3 "Adaptação dos ambientes urbanos às alterações climáticas"

Os meios urbanos albergam atualmente mais de metade da população mundial, antevendo-se que em 2050 esse número passe a ser de dois terços⁹.

⁸ Contributo elaborado por Patricia Grave, assessora da Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação.

⁹ <https://www.iied.org/urbanising-world>

Esta concentração demográfica e concomitante consumo de recursos desregrado, produção excessiva de resíduos ou consumo voraz de energia, tem fortes impactos negativos no ambiente

Por outro lado, as cidades são particularmente vulneráveis às alterações climáticas e aos eventos climatéricos externos, devido ao impacto que estes podem ter na saúde pública, habitação, transporte, abastecimento de água, saneamento, resíduos sólidos ou a segurança alimentar e energética.

A adaptação enquanto processo de preparação e ajustamento proativo e dinâmico das cidades para fazer face às mudanças climáticas afigura-se, por isso, crucial e exige a colaboração e coordenação de vários setores, de agentes públicos e privados, numa organização que se pretende multinível.

Antecedentes

No Relatório Brundtland¹⁰, de 1987 e no *Green Paper on the Urban Environment*, de 1990¹¹, faziam-se já referências ao desenvolvimento sustentável das cidades. A Declaração do Rio sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, de 1992 considerada as cidades como atores de sustentabilidade e a Agenda 21¹² apela à aplicação local da retórica global sobre políticas globais, através de alianças entre comunidades globais. No âmbito da implementação da Agenda 21, realizou-se, em Aalborg, na Dinamarca, em 1994 a Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, dela resultando a Carta de Aalborg, cujo propósito foi o de estabelecer uma rede de cooperação entre cidades dos Estados-Membros da União Europeia, de forma a promover parcerias de modelos de sustentabilidade urbana. O panorama político internacional quanto à adaptação às alterações climáticas, no contexto urbano, alterou significativamente em 2015-2016, com a adoção de diversos acordos internacionais, nomeadamente o Acordo de Paris, adotado em 2015¹³; a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável¹⁴, cujo Objetivo 11 se refere a “tornar as cidades (...) resilientes e sustentáveis”; na Nova Agenda Urbana¹⁵, das Nações Unidas, os Estados signatários comprometeram-se a promover a ação climática local, incluindo a adaptação. De referir ainda o Pacto de Autarcas para o Clima e Energia¹⁶, iniciativa global que reúne autarcas de todas as regiões do mundo.

União Europeia

As cidades europeias serão impactadas pelas alterações climáticas, de formas bastante díspares, com base na sua localização geográfica e vulnerabilidades intrínsecas. Acresce que a nível de densidade demográfica albergam 73%¹⁷ da população europeia.

¹⁰ Consultável neste [link](#).

¹¹ Consultável neste [link](#).

¹² A página da Conferência pode ser consultada neste [link](#), nele se encontrando a mencionada Declaração e agenda.

¹³ Este acordo pode ser consultado neste [link](#).

¹⁴ O site da Agenda 2030 pode ser consultado neste [link](#).

¹⁵ O site da Nova Agenda Urbana pode ser consultado neste [link](#).

¹⁶ O site deste pacto pode ser consultado neste [link](#).

¹⁷ Dados retirados do site consultável neste [link](#).

A União Europeia adotou em 2021 a nova [Estratégia da UE para a adaptação às alterações climáticas - Criar uma Europa resiliente às alterações climáticas](#)¹⁸, com o objetivo de fortalecer os níveis de atuação e decisão da União no que à resiliência climática e diminuição das vulnerabilidades às mudanças climáticas respeita.

O Pacto de Autarcas para o Clima e a Energia da Europa¹⁹ configura-se como o principal canal de apoio da União às cidades no que à adaptação às alterações climáticas respeita. Destacando-se também a Agenda Urbana da EU²⁰, em matéria de adaptação às alterações climáticas.

Portugal

No respeitante à atividade parlamentar, não existem iniciativas legislativas ou petições que tenham dado entrada na Assembleia da República, sobre a matéria da adaptação dos meios urbanos às alterações climáticas.

Mencione-se que na alínea g) do artigo 3º da [Lei de Bases do Clima](#), se estabelece que as políticas públicas do clima deverão prosseguir como um dos objetivos, reforçar a resiliência e a capacidade nacional de adaptação às alterações climáticas.

Bélgica

Para uma noção mais aprofundada do caso belga, no que se refere à capacitação das cidades contra as alterações climáticas, através de governança transnacional, consultar o artigo “Empowering cities against climate change through transnational governance networks: The example of Belgium”, consultável [aqui](#)^{21, 22}.

Sessão 4 "Os desafios da mobilidade urbana"

A [mobilidade urbana](#) enfrenta atualmente uma série de desafios na União Europeia (UE), destacando-se como uma área crítica para o desenvolvimento sustentável das cidades. Estes desafios refletem a crescente urbanização, a busca por soluções ambientalmente amigáveis e a necessidade de garantir acessibilidade e eficiência nos sistemas de transporte, previstos no âmbito do [Novo Enquadramento Europeu da Mobilidade Urbana](#). Os [principais desafios](#) colocados atualmente à mobilidade urbana são os seguintes:

- **Congestionamento e Poluição**

O congestionamento do tráfego e a poluição atmosférica representam obstáculos significativos para a mobilidade urbana. O aumento do número de veículos nas cidades contribui para a lentidão no tráfego e emissões prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

¹⁸ Para mais informações consultar este [link](#).

¹⁹ O site deste pacto pode ser consultado neste [link](#).

²⁰ O site da Agenda pode ser consultado neste [link](#).

²¹ Este artigo, da autoria de Matteo Fermeiglia, faz parte do livro “As cidades na era das alterações climáticas”, coordenado por Carla Amado Gomes e Heloísa Oliveira, publicado pela Lisbon Public Law Editions, páginas 31 a 48.

²² Contributo elaborado por Cátia Duarte, Assessora da Comissão de Ambiente e Energia.

- **Ineficiência dos Transportes Públicos**

A ineficiência dos sistemas de transporte público em algumas áreas urbanas compromete a acessibilidade e atração dos cidadãos por opções mais sustentáveis. É crucial melhorar a qualidade, frequência e cobertura dos transportes públicos para incentivar a sua utilização.

- **Desigualdades de Acesso**

As desigualdades de acesso aos modos de transporte afetam grupos socioeconómicos distintos. Garantir uma mobilidade inclusiva requer abordagens que tenham em conta as necessidades específicas de diferentes comunidades, evitando disparidades no acesso aos serviços de transporte.

- **Integração de meios de Transporte**

A falta de integração eficaz entre os diferentes meios de transporte (como automóveis, bicicletas, e transporte público) dificulta a transição suave entre eles. Estratégias que promovam a intermodalidade são essenciais para criar sistemas de mobilidade mais eficientes.

- **Segurança dos Utilizadores Vulneráveis**

A segurança dos utilizadores vulneráveis, como peões e ciclistas, é uma preocupação crescente. A implementação de infraestruturas seguras e medidas de segurança viária é fundamental para reduzir acidentes e promover uma mobilidade urbana mais segura.

- **Tecnologia e Inovação**

A rápida evolução tecnológica, que permite já a existência de veículos autónomos e soluções de mobilidade inteligente, apresenta oportunidades e desafios. É crucial desenvolver regulamentações e infraestruturas adequadas para integrar essas inovações de forma sustentável e segura nas cidades.

- **Questões Ambientais e Alterações Climáticas**

As questões ambientais e a preocupação com as alterações climáticas exigem uma transição para meios de transporte mais limpos e sustentáveis. A mobilidade urbana deve reduzir as emissões de gases de efeito estufa e [promover práticas que minimizem o impacto ambiental](#).

- **Participação Cidadã e Planeamento Colaborativo:**

Envolver ativamente os cidadãos no planeamento e tomada de decisão sobre mobilidade é crucial. A participação dos cidadãos pode resultar em soluções mais adaptadas às necessidades locais, promovendo a [aceitação e a eficácia das políticas de mobilidade](#).

Enfrentar estes desafios requer uma abordagem holística e colaborativa, envolvendo governos locais, organizações da sociedade civil, sector privado e cidadãos.

A UE desempenha um papel crucial no [desenvolvimento de políticas e iniciativas que abordem estes desafios](#), promovendo uma mobilidade urbana mais sustentável, eficiente e [inclusiva](#).

Há, ainda, um conjunto de desafios adicionais que se colocam aos Estados-membros nesta matéria:

- **Envelhecimento da Infraestrutura de Transportes**

O envelhecimento da infraestrutura de transportes em muitas cidades da UE representa um desafio adicional. A renovação e modernização da infraestrutura são essenciais para garantir a segurança e a eficiência dos sistemas de transporte urbano.

- **Impacto da Pandemia na Mobilidade**

A pandemia de COVID-19 teve um impacto significativo nos padrões de mobilidade urbana, com um aumento do teletrabalho e uma mudança nos hábitos de deslocação. Adaptar os sistemas de transporte para a realidade pós-pandémica é um desafio emergente.

- **Economia de Espaço Urbano**

A falta de espaço nas áreas urbanas é um desafio para o planeamento de infraestruturas de transporte, tornando fundamental a promoção de soluções que otimizem o uso do espaço, como a criação de zonas pedonais e corredores para bicicletas.

- **Gestão de Dados e Privacidade**

A crescente [dependência de tecnologias digitais na gestão da mobilidade urbana](#) levanta preocupações sobre a privacidade dos dados dos utilizadores. É necessário estabelecer regulamentações claras e práticas éticas na gestão e utilização de dados de mobilidade.

- **Desenvolvimento Orientado pelo Transporte Público**

Promover um desenvolvimento urbano orientado pelo transporte público é essencial para reduzir a dependência do automóvel privado. Isso implica integrar o planeamento urbano com o desenvolvimento de sistemas de transporte público eficientes.

- **Resiliência a Eventos Climáticos Extremos**

O aumento da frequência de eventos climáticos extremos representa um desafio para a resiliência dos sistemas de transporte urbano, sugerindo a necessidade de estratégias de adaptação e investimento em infraestruturas mais resistentes.

- **Desenvolvimento de Hubs de Mobilidade**

A criação de *hubs* de mobilidade, onde diferentes modos de transporte se interligam, pode melhorar a eficiência e a fluidez do sistema. Esses *hubs* podem incluir estações de transporte público, partilha de bicicletas, e áreas para veículos elétricos.

Estes desafios adicionais sublinham a complexidade da mobilidade urbana na UE e a importância de abordagens multifacetadas para enfrentar essas questões de forma sustentável e inclusiva. A

colaboração contínua entre os *stakeholders* e a adaptação a mudanças emergentes são fundamentais para moldar o futuro da mobilidade urbana na União Europeia.²³

²³ Contributo elaborado por Patricia Grave, assessora da Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação.



Programa da reunião interparlamentar



PARLIAMENTARY DIMENSION

BELGIAN PRESIDENCY OF THE EUROPEAN UNION

**INTERPARLIAMENTARY CONFERENCE ON URBAN POLICIES IN THE
EUROPEAN UNION**

Parliament of the Brussels-Capital Region

Brussels, 21 and 22 January 2024

PROVISIONAL PROGRAMME

Last update: 22 December 2023

INTERPARLIAMENTARY CONFERENCE ON URBAN POLICIES IN THE EUROPEAN UNION

Parliament of the Brussels-Capital Region
Hemicycle

PROGRAMME

Sunday, 21 January 2024

- 5:00 – 7:00 p.m. **Accreditation of participants from national parliaments.**
Reception - rue du Lombard 69 - 1000 Brussels
- 7:00 – 9:30 p.m. **Reception and dinner hosted by the Parliament of the Brussels-Capital
Region.**
**Welcome address by the President of the Parliament of the Brussels-
Capital Region.**
Grand Salon and Salle des Glaces

22 January 2024

- 8:30 – 9:15 a.m. **Accreditation of participants from national parliaments.**
Reception of delegations.
Reception - rue du Lombard 69 - 1000 Brussels
- 9:15 – 9:30 a.m. **opening speech of the conference**
Hemicycle
- Welcome address by the President of the Parliament of the Brussels-Capital
Region

9:30 – 11:00 a.m. **first session: FINANCING EU URBAN POLICIES**

Hemicycle

- Introductory speech by Mr Guy Vanhengel, First Vice-President of the Parliament of the Brussels-Capital Region.
- Speech by Mr Thomas de Béthune, Team Leader for Urban Policy, Inclusive Growth, Urban and Territorial Development Unit, European Commission.
- Speech by Mrs Evi Cornelis, Director of the ERDF programme, Brussels International, Administration of the Brussels Capital Region.
- Speech by Mrs Nathalie Guri, Projects and Knowledge Sharing Director, Eurocities.
- Speech by Mr Dirk De Smedt, Director General of Bruxelles-Fiscalité.

Debate

11:00 – 12:30 p.m. **second session: INVOLVING CITIZENS IN THE DEVELOPMENT OF MAJOR URBAN PROJECTS**

Hemicycle

- Introductory speech by Mr Rachid Madrane, President of the Parliament of the Brussels-Capital Region.
- Speech by Mr Kristiaan Borret, Bouwmeester of the Brussels-Capital Region.
- Speech by Mr Philippe Piereuse, Director of Urban Renewal, Urban.brussels.
- Speech by Mr Jörg Knieling, Professor of Urban Planning and Regional Development at the University of Hamburg.
- Speech by Mr Antoine De Borman, Director General of Perspective.brussels.

Debate

12:30 p.m. **Family photo**

Grand salon

12:30 – 2:00 p.m. **Lunch hosted by the Parliament of the Brussels-Capital Region**

Salle des Glaces

2:00 – 3:30 p.m. Third session: ADAPTING URBAN ENVIRONMENTS TO CLIMATE CHANGE
Hemicycle

- Introductory speech by Mr Tristan Roberti, President of the Environment and Energy Committee of the Parliament of the Brussels-Capital Region.
- Speech by Mr Julien Ruelle, head of department for nature development, Brussels-Environment.
- Speech by Mrs Amandine Tiberghien, Brussels Policy Manager, and Mrs Charlotte Simon, Brussels Nature Network Project Manager, Natagora.
- Speech by Ms Paola Vigano, architect and urban planner, Professor of Urban Theory and Urban Design at the École Polytechnique Fédérale de Lausanne and the IUAV in Venice (IT).
- Speech by Mr Simon De Muynck, Coordinator of the Urban Ecology Centre, researcher at ULB-LoUISE and member of the Brussels Environment Council.

Debate

3:30 – 5:00 p.m. Fourth session: URBAN MOBILITY ISSUES
Hemicycle

- Introductory speech by Mrs Anne-Charlotte d'Ursel, President of the Mobility Committee of the Parliament of the Brussels-Capital Region.
- Speech by Mr Kris Vanherle, researcher at the University of Leuven's Transport and Mobility Centre and founder of Telraam.
- Speech by Mr Bruno Clerbaux, regional and urban planner, former Secretary General of the European Council of Town Planners, Honorary President of the Belgian Chamber of Town Planners, full member of the Regional Development Commission (Mobility section) and Director of the ACPGroup consultancy firm.
- Mr François Macq, Managing Director of Macq Mobility.
- Mr Alexandre Van Pestel, Director of Espaces-Mobilités (TBC).

Debate

5:00 – 6:00 p.m. drinks and departure of the delegations
Cafeteria.